

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE¹

PARTICIPATION OF WOMEN IN THE PROCESS OF BUILDING SOCIOCULTURAL AND POLITICAL IDENTITY IN MOZAMBIQUE

PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD SOCIOCULTURAL Y POLÍTICA EN MOZAMBIQUE

LA PARTICIPATION DES FEMMES AU PROCESSUS DE CONSTRUCTION DE L'IDENTITÉ SOCIOCULTURELLE ET POLITIQUE AU MOZAMBIQUE

Guilherme Basílio

Doutor em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia (FCSF) da Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo) - Moçambique.

guilhermebasilio@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-9476-4324>

Recebido em: 10/03/2025

Aceito para a publicação: 14/10/2025

Resumo

Cada sociedade, em épocas específicas, apresenta formas particulares de construção da identidade sociocultural e políticas decorrentes das interações históricas. Essas formas particulares de construir a identidade são determinadas pelas mudanças socioculturais e geopolíticas. Moçambique atravessou diferentes vivências que representaram três formas de construção da identidade da mulher: colonial, da independência (socialista) e pós-independência (capitalista). Em cada um desses momentos, a mulher foi chamada a participar no processo da construção da moçambicanidade através dos processos da educação, da cultura, da mobilização social, da organização da estrutura familiar e do trabalho. Em cada um desses momentos a mulher lutou pela conquista dos seus direitos e pela emancipação política, económica e cultural. Por esses motivos, a mulher participou e continua participando nos desafios pela preservação das tradições autóctones, crenças religiosas; práticas socioculturais, educação tradicional, combate à pobreza e pelos seus direitos na participação política que foram hostilizados pelo colonialismo. Contudo, a sua participação na mobilização das camadas sociais, na educação das crianças, na vida política e a sua autoafirmação na construção e consolidação da moçambicanidade resultante de coesão interna entre vários grupos étnicos que formam Moçambique não é reconhecida e continua insignificante. Desta forma, o artigo pretende analisar o papel da mulher na construção e consolidação da identidade sociocultural e política e na luta pelos direitos humanos em Moçambique.

Palavras-chave: Mulher; Construção de identidade; Participação política; Educação

¹ Artigo apresentado no Congresso de ALADA, na cidade de Lima, em Perú, em 2018 e actualizado em 2025.

Abstract

Each society, at specific times, presents particular forms of construction of sociocultural and political identity resulting from historical interactions. These particular ways of constructing identity are determined by sociocultural and geopolitical changes. Mozambique went through different experiences that represented three forms of construction of women's identity: colonial, independence (socialist) and post-independence (capitalist). In each of these moments, women were called to participate in the process of building Mozambicanity through the processes of education, culture, social mobilization, the organization of the family structure and work. In each of these moments, women fought for the conquest of their rights and for political, economic and cultural emancipation. For these reasons, women participated and continue to participate in the challenges for the preservation of indigenous traditions, religious beliefs; sociocultural practices, traditional education, combating poverty and for her rights to political participation that were harassed by colonialism. However, its participation in the mobilization of social strata, in the education of children, in political life and its self-affirmation in the construction and consolidation of Mozambicanity resulting from internal cohesion between the various ethnic groups that make up Mozambique is not recognized and remains insignificant. In this way, the article intends to analyze the role of women in the construction and consolidation of sociocultural and political identity and in the struggle for human rights in Mozambique.

Keywords: Women; Identity construction; Political participation; Education

Resumen

Cada sociedad, en momentos específicos, presenta formas particulares de construcción de la identidad sociocultural y política, resultado de interacciones históricas. Estas formas particulares de construcción de la identidad están determinadas por los cambios socioculturales y geopolíticos. Mozambique ha atravesado diferentes experiencias que representan tres formas de construcción de la identidad femenina: la colonial, la independentista (socialista) y la posindependencia (capitalista). En cada uno de estos momentos, las mujeres fueron llamadas a participar en el proceso de construcción de la identidad mozambiqueña a través de los procesos de educación, cultura, movilización social, organización de la estructura familiar y trabajo. En cada uno de estos momentos, las mujeres lucharon por la conquista de sus derechos y por la emancipación política, económica y cultural. Por estas razones, las mujeres participaron y continúan participando en los desafíos de preservar las tradiciones indígenas, las creencias religiosas, las prácticas socioculturales, la educación tradicional, la lucha contra la pobreza y por sus derechos a la participación política, que fueron atacados por el colonialismo. Sin embargo, su participación en la movilización de las clases sociales, la educación de los niños, la vida política y su autoafirmación en la construcción y consolidación de la identidad mozambiqueña, resultante de la cohesión interna entre los diversos grupos étnicos que conforman Mozambique, no es reconocida y permanece insignificante. Por lo tanto, el artículo busca analizar el papel de las mujeres en la construcción y consolidación de la identidad sociocultural y política, así como en la lucha por los derechos humanos en Mozambique.

Palabras clave: Mujeres; Construcción de identidad; Participación política; Educación.

Résumé

Chaque société, à certaines époques, présente des formes particulières de construction de l'identité socioculturelle et politique, fruits d'interactions historiques. Ces modes de construction identitaire sont déterminés par les transformations socioculturelles et géopolitiques. Le Mozambique a connu différentes expériences qui illustrent trois formes de construction de l'identité féminine : coloniale, post-indépendance

(sous le régime socialiste) et post-indépendance (sous le régime capitaliste). À chaque étape, les femmes ont été appelées à participer à la construction de l'identité mozambicaine par l'éducation, la culture, la mobilisation sociale, l'organisation de la famille et le travail. Elles ont lutté pour la conquête de leurs droits et pour leur émancipation politique, économique et culturelle. C'est pourquoi elles ont participé et continuent de participer aux enjeux liés à la préservation des traditions autochtones, des croyances religieuses, des pratiques socioculturelles et de l'éducation traditionnelle, à la lutte contre la pauvreté et à la défense de leurs droits à la participation politique, bafoués par le colonialisme. Cependant, leur participation à la mobilisation des couches sociales, à l'éducation des enfants, à la vie politique et leur affirmation dans la construction et la consolidation de l'identité mozambicaine, fruit de la cohésion interne entre les différents groupes ethniques du Mozambique, ne sont pas reconnues et demeurent insignifiantes. Cet article vise donc à analyser le rôle des femmes dans la construction et la consolidation de l'identité socioculturelle et politique, ainsi que dans la lutte pour les droits humains au Mozambique.

Mots-clés: Femmes; Construction identitaire; Participation politique; Éducation

Introdução

Os estudos sobre a contribuição da mulher moçambicana no processo de construção do Estado e da identidade sociocultural e política têm sido escassos, mesmo que se tenha em conta a sua participação na luta de libertação nacional. Como também os escritos sobre os direitos da mulher na participação política e económica são poucos. A literatura existente mostra que a definição do papel sociocultural e político da mulher moçambicana assumiu diferentes contornos ao longo da história. Isto explica-se porque cada sociedade, em épocas específicas, apresenta determinadas formas particulares de construção da identidade sociocultural e política. Essas formas particulares de construir a identidade são determinadas pelas mudanças políticas, pelas interações socioculturais e pela forma como se define o papel da mulher na sociedade.

Moçambique atravessou e atravessa diferentes vivências que representaram três formas de construção da identidade da mulher: colonial, pós-independência (socialista) e pós-independência (capitalista ou neoliberal). Em cada momento, a mulher foi chamada a participar no processo da construção da moçambicanidade através da Educação, da mobilização social, da organização da estrutura familiar, da participação no trabalho e na económica de subsistência.

Assim, a mulher participou na luta pela independência, pela emancipação, pela preservação das tradições autóctones, das crenças religiosas e das práticas socioculturais que forma o mapa cultural hostilizado pelo colonialismo. Neste contexto, a mulher foi e continua sendo sujeito activo e participativo nos processos de desenvolvimento socioeconómico, político e cultural do país. Ela participa na mobilização das camadas sociais, na educação das crianças e na autoafirmação e consolidação da Moçambicanidade resultante da coesão interna entre vários grupos étnicos que formam Moçambique.

Ainda que ela participe directamente em processos identitários, a mulher é vista como um fenómeno dialéctico assente na submissão e na intervenção em contextos tradicionais distintos. Portanto, ela é concebida trabalhadora rural ou urbana; profissional liberal; dirigente política e educadora, ou seja, formadora das personalidades das crianças e jovens. Todos estes contextos e

condições sociais, culturais e económicas são veiculados por diferentes vozes interpretativas e práticas discursivas. É nestes contextos que ela assume a sua identidade e contribui para a construção da identidade nacional.

Historicamente, o papel sociocultural e político da mulher moçambicana conheceu vários contornos, desde o período colonial e até pós-independência nacional. Politicamente, foi criado o conceito de género que se associa à mulher como uma forma identificada para passar o ideal da igualdade sociopolítica e, ao mesmo tempo, de reconhecer e valorizar o papel da mulher na participação em todas as actividades na sociedade moçambicana.

O conceito de género que se refere acima é uma construção sociopolítica que em sua análise articula discursos políticos, filosóficos históricos e sociológicos para fundamentar a ideia da igualdade perante a lei. Com efeito, o conceito género tem uma relação com a realidade histórica que contextualiza a representação da mulher moçambicana enquanto actor sociocultural e político que luta pelo cimento da unidade nacional. A concepção da mulher como actor fundamental no processo da construção da identidade sociocultural e política encontra expressão no diálogo entre discursos políticos, socioculturais e literários produzidos pelos autores afro-moçambicanos.

Contextualizando a figura da mulher no período colonial

Para compreender a figura da mulher moçambicana é necessária a contextualização do papel e lugar da mulher no período colonial. É importante frisar, aqui, que a identidade moçambicana conheceu diversas transformações a partir da presença portuguesa. A organização política, económica, jurídica e administrativa em Moçambique foi reconfigurada pelo aparato colonial. A reestruturação dos impérios já existentes naquela altura culminou com a redefinição das identidades construídas nesses impérios.

A nova organização político-administrativa imposta pelo aparato colonial trouxe e potenciou novos papéis da mulher. Essa reestruturação redefiniu um novo mapa que ressignifica o posicionamento sociocultural e político da mulher. Os papéis da mulher moçambicana, em termos culturais são ligeiramente variados segundo o posicionamento geográfico. As regiões Norte (Nampula, Cabo Delgado e Niassa) e Centro (Tete, Zambézia, Manica e Sofala) de Moçambique caracterizadas essencialmente pelo sistema matriarcal, a mulher desempenhou e continua a desempenhando um lugar crucial na construção da identidade feminina. O matriarcado determina que os casais coabitem no terreno herdado pela mulher as crianças, fruto de amor entre os casais, mantenham o nome do clã materno.

As decisões sobre os problemas ou convívios familiares são tomadas pelos tios maternos. Nessas sociedades existe uma figura feminina chamada Pwiamwene que participa em todos momentos de tomadas de decisão familiar representando as mulheres daquela família. Pwiamwene é chefe por parte das mulheres e responsável pela construção da identidade socio cultural da mulher. Esta figura defende os direitos e interesses das mulheres da família. Aqui o conceito de família é

tomado no seu sentido africano e abrange de forma alargada todos os membros do clã. Fazem parte de família as pessoas unidas por um parentesco com uma linhagem definida por descendência.

Na sociedade matrilinear, o poder familiar está concentrado na mulher. Nela, o homem abandona os seus pais e vai fixar junto a moradia da família da mulher. Esta forma de organização social, a Pwiamwene é uma figura política que representa todos os interesses da mulher no processo de tomada de decisões juntos de líderes comunitários. Culturalmente, ela é fonte de saberes culturais e força viva na educação das crianças, na organização das mulheres na família. Nas sociedades tradicionais, esta figura é fundamental na educação e na preservação dos valores culturais e socioeconómicos da região.

Em relação aos casamentos tradicionais, na sociedade matrilinear quem toma decisão são os tios maternos. Geralmente, se um homem conhece uma mulher e, este tenha intenção de coabitar com ela, ele reporta aos seus pais. Os pais convocam os tios maternos que se responsabilizarão em formular o pedido junto a família da mulher. Aceite, o homem junta-se a sua esposa e vai viver na família da mulher. Mesmo que ele tenha se retirado da sograria com a sua esposa, a família da mulher continua ter um peso na relação.

Já na região Sul de Moçambique (Inhambane, Gaza e Maputo), onde a estrutura familiar obedece ao sistema patriarcal, o poder é concentrado e centralizado na família paterna. Os tios paternos são responsáveis pela construção da identidade das crianças. Neste sistema, as crianças circulam dentro da família paterna. Na região sul do país, a união de facto ou casamento tradicional característico é denominado por *lobolo*. O *Lobolo* é uma cerimónia de casamento tradicional, na qual a família da noiva recebe um dote (bens monetário ou económicos). Trata-se de “uma cerimónia na qual a família da mulher é economicamente recompensada para garantir a passagem da mulher e dos seus filhos para a família do marido”, (ABOIM, 2008, p. 276).

Em Moçambique, a união de facto é uma forma na qual duas pessoas de sexo oposto decidem viver juntas na condição de marido-esposa (casados). A união de facto é reconhecida cultural e juridicamente. A lei da família, no seu artigo 4 reconhece e valoriza as práticas socioculturais incluindo os casamentos tradicionais designados por união de facto. O número 1, do artigo 4, da Lei 10/2004, de 25 de Agosto, lei da família, diz: “no domínio das relações inter e intrafamiliares reconhecem-se e valorizam-se os usos e costumes locais desde que estes não contrariem a Constituição da República”. Conforme Basílio (2023, p.17), o *lobolo* “é um tipo de casamento tradicional praticado nas famílias da região sul de Moçambique, que de facto, se embasa nos usos e costumes locais, portanto, é uma prática cultural reconhecida e fundamentada na lei da família e na constituição da República”.

Ainda no capítulo da família, o número 2, do Artigo 1, da Lei 22/2019 que reajusta a Lei 10/2004, “A família, enquanto instituição jurídica, constitui o espaço privilegiado no qual se cria, se desenvolve e se consolida a personalidade dos seus membros (...)”. É na família onde se desenvolvem as práticas socioculturais, as crenças religiosas e os casamentos tradicionais, entre eles, o *lobolo*.

Durante a celebração da cerimónia de *lobolo*, os parentes do noivo presenteiam à família da noiva (pais, tios e avós) com bens materiais e valor monetário. Com efeito, o noivo tem o dever de preparar a roupa para os pais, como: facto, sapatos, camisa, cinto, meias, chapéu e bengala para o pai; facto, sapatos, mukume vemba, duas capulanas para a mãe. Os tios (um paterno e um materno) recebem do noivo umas calças e uma camisa cada; a tia materna e a paterna, recebem uma blusa e uma capulana cada. Os avós da noiva quer paternos, quer maternos, recebem calças e camisas para os homens e, blusas, capulanas e um frasco de Rapé². À noiva assiste-lhe o direito da roupa completa de noivado. Além da roupa, o noivo organiza toda a festa providenciando alimentos e bebidas. A família da noiva lhe assiste o dever de confeccionar os alimentos.

A família do noivo que vai pedir o noivado leva consigo o valor monetário que varia entre 25.000 a 50.000 meticais, dependendo de família da noiva; uma caixa de cervejas; uma caixa de refrescos; um garrafão de 5 litros de vinho tinto; uma garrafa de vinho branco e uma garrafa de vinho branco que tradicionalmente é designada por Ximbuembue. O Ximbuembue é simbólico e representa a filha. A mãe põe ao colo para lembrar os momentos que carregava a sua filha.

Se a noiva for orfã de pais, os irmãos ou tios assumem o papel dos pais. Como Basílio discutiu num artigo publicado na Revista Kwanissa, em 2023, esse tipo de casamento é fundamentado no direito consuetudinário, tornando-se uma prática frequente e dominante entre as populações rurais, semi-urbanas e urbanas e é considerado a primeira fase depois de “apresentação” do noivo à família da noiva. Antigamente, utilizava-se o gado como moeda de troca e o ritual do *lobolo* transformava-se em fonte de rendimento para as famílias.

A mulher lobolada torna-se membro activo da família do marido, pois ela abandona a sua família e junta-se à família do marido. Os filhos gerados nessa relação são mais aconchegados pelos tios, tias e avós paternos do que maternos. Embora a escola e a modernidade tenham mudado a mentalidade das famílias, se a mulher não tiver procriado, em algumas situações, a família dela sente-se na obrigação de destacar uma prima ou irmã para dar filhos ao homem que tenha lobolado, tornando-se, assim, a segunda esposa.

Em casos de divórcio, os filhos ficavam (prática ainda vigente) com o pai. Além disso, uma vez lobolada, quando a mulher se divorciar e conhecer outro homem, esse é obrigado a pagar o dote ao anterior marido, pois entende-se que essa mulher faz parte da família dele. Esse acto ocorre, sobretudo, quando a mulher pede aguarda de filhos. O pagamento de dote pode ser feito directamente pelo novo marido ou pela família da mulher.

Se a mulher (noiva) perder a vida antes de realizar a cerimónia de *lobolo*, o marido (noivo) pode ser obrigado a lobolar o cadáver, para que o corpo possa ser enterrado. Em algumas famílias essa prática ainda continuam a ser observada. A família da noiva exige ao noivo o pagamento dos dotes para se realizar as cerimónias fúnebres. Caso esse se recuse, pode perder o direito de ficar com os filhos, caso tenham procriado.

² Rapé é tabaco em pó (moído) que homens ou mulheres da terceira idade consomem ou colocam nas narinas. Cultural e socialmente é mais usado pelas mulheres.

Culturalmente, o *lobolo* representa o primeiro momento de casamento e é interpretado como uma forma de honrar ou dignificar a mulher. De facto, independentemente da formação académica e/ou científica dos noivos, o *lobolo* é primeiro casamento que se celebra, depois seguem-se os casamentos religioso e civil/jurídico.

Estas duas formas de organização social, acima descritas, se fundamentam no direito consuetudinário, mas foram fragilizadas pelo aparato colonial devido a imposição de novos modelos organização social que veio desafiar papéis sociais femininos e masculinos, originalmente definidos por estruturas familiares regidas pela coexistência entre organizações matriarcais e patriarcais. A introdução do trabalho forçado pelo sistema colonial baseado (*chibalo*), sobretudo, no cultivo de algodão entre 1938 e 1961, retirou o poder às mulheres atribuindo-lhes novas identidades. As mulheres passaram a ser mais dependentes dos homens assumindo as funções sociais de cuidar as crianças. A estrutura laboral mudou as formas de construção das relações do género.

Ana Luísa Texeira, em suas análises, defende que:

As plantações de algodão revelaram cenários bem ilustrativos das relações de género, em contexto de imposição de estruturas laborais para servirem o projecto colonial. Essa redefinição do conceito de “trabalho” trouxe consigo repercussões não só a nível económico, mas também a nível social e cultural. O *chibalo* estruturava-se sob uma lógica distinta da realidade laboral moçambicana indígena³.

O trabalho assalariado assente na economia colonial reduziu a prática da utilização do gado como moeda de troca nos casamentos e trouxe uma reconfiguração identitária. O recrutamento de mão-de-obra masculina para trabalho as companhias concessionárias provocou escassez de trabalhadores no cultivo do algodão. As actividades de agricultura passaram a ser desenvolvidas pelas mulheres tornando-se, assim, a agricultura em grande fonte de rendimento para as populações rurais.

A necessidade de desenvolver estudos que discutem sobre a condição da mulher em contextos socioculturais e políticos tem sido dominante entre os teóricos pós-coloniais. Alguns estudos sobre a mulher foram desenvolvidos pelos homens e defende que há invisibilidade do papel da mulher no panorama político. Assim, foi reinterpretado o conceito de género que representava as duas espécies humanas (homem e mulher), passando a significar a mulher. Esta analogia resulta de teorizações pós-coloniais sobre o outro que procuram reconstruir a identidade e dar novo significado à mulher. Em Moçambique o esforço de reconstruir a dignidade da mulher se associa aos movimentos associativos, políticos e a integração dela na luta de libertação.

Participação da mulher na luta pela independência e pela construção da moçambicanidade

³ TEIXEIRA, Ana Luísa, *A construção sociocultural de ‘género’ e ‘raça’ em Moçambique: continuidade e ruptura nos períodos colonial e pós-colonial*. Disponível em: <https://mosanblog.files.wordpress.com/2011/06/ana-luc3adsa-teixeira-iscte.pdf>. Acesso no dia 19 de Julho de 2018.

Em 1995, foi publicado um livro, com o título *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de autoria de Immanuel Kant. Na primeira secção, Kant discute a *Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico*. Kant disse:

Neste mundo, e até fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade**. Discernimento (1), argúcia do espírito (2), capacidade de julgar (3) e como quer que possa chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidade de *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que seja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama de carácter, não for boa, (KANT, 1995, pp.21-22).

A discussão começa com a citação porque Kant sublinha que a *boa vontade* é determinante para a realização de uma determinada acção. Foi e continua sendo a boa vontade que conduziu as mulheres a participar na luta pela emancipação, ou seja, a luta pela igualdade e pelos direitos sociais, culturais, económicos e políticos. A tomada de decisão para fazer parte no percurso da construção da nação moçambicana e, por conseguinte, da identidade nacional é um acto de boa vontade. A boa vontade congregou homens e mulheres que lutaram e lutam pelo reconhecimento da mulher como sujeito histórico. Portanto, a boa vontade não se reflecte em situações apenas da moralidade (como é discutida por Kant), mas também política. A decisão, em si, é por antonomásia uma questão política imanente em cada ser humano.

A identidade sociocultural e política de Moçambique foi resultado da união de vários grupos étnicos existentes que, pelo sofrimento protagonizado pelo sistema colonial, decidiram se revoltar contra a dominação. Trata-se de uma identidade construída na base de resistência. Segundo Munuel Castells (2006, p. 24), “a identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação (...)”. Esse tipo de identidade é contruída como resultado de lutas e visa a sobrevivência.

A construção da moçambicanidade ou das identidades socioculturais de Moçambique resultou de lutas contra a dominação colonial portuguesa e, portanto, está associada ao processo político e partidário iniciado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e que culminou com a independência. Trata-se de um projecto que congregou homens e mulheres inspirados pela causa da independência nacional e da construção da moçambicanidade.

Kant (1995, p. 23), chama atenção afirmando que «a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto, é em si mesma, e, considerada em si mesma». Nesse sentido, é a partir do querer em si que vários grupos étnicos se juntaram com objectivos de desencadear a luta contra a dominação colonial e, por conseguinte, a reconstrução da dignidade dos moçambicanos.

Na luta pela construção da moçambicanidade, as mulheres foram consideradas sujeitos activos, quer combatendo, quer educando e, quer dando mantimentos aos homens. Permaneceu nelas a boa vontade, não apenas de libertar o país e reconstruir a nação, mas também de se afirmarem

capazes de enfrentar desafios e conquistar a liberdade e a dignidade. Para isso, é reconhecimento e valorização da mulher na vida sociocultural, económica e política é um direito consagrado na primeira constituição da República.

De facto, o Artigo 2 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 afirma que “A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem”. Essa constituição defendia igualdade de direitos entre homens e mulheres e a emancipação da mulher. Como se pode ler, o Artigo 17 afirma: “A emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado. Na República Popular de Moçambique a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se esta igualdade aos campos político, económico, social e cultural”.

Decerto, a construção da identidade moçambicana envolvia a todos os moçambicanos e estava associada à luta de libertação. Portanto, o processo de construção da identidade sociocultural e política em Moçambique, no qual a mulher foi protagonista, teve o seu início com a luta pela libertação nacional. Moçambique passou por uma etapa de dominação colonial e historicamente a identidade sociocultural e política foi construída pelo colonizador. Essa identidade foi imposta aos moçambicanos através de um processo denominado de assimilação.

O estatuto de assimilado era adquirido a partir de dois processos diferentes. O processo consistia na avaliação das competências relacionada à escrita e fala da língua portuguesa e aquisição das condições económicas para sustentar a família. O segundo processo de aquisição de estatuto de assimilado consistia em ser filho de brancos ou indianos. Os (as) assimilados (as) adquiriam imediatamente a identidade portuguesa e, portanto, eram considerados civilizados e podiam conviver com os portugueses.

A categoria de assimilado desvia os moçambicanos fazendo-se identificar sociocultural e politicamente como europeus. O sistema colonial tinha hostilizado as culturas, línguas e os sistemas de organização sociopolítica dos moçambicanos. Portanto, a moçambicanidade tinha sido hostilizada pelo aparato colonial.

Basílio (2015, discute, no seu livro *O estado e a escola na construção da identidade política moçambicana*, a questão da identidade moçambicana como um projecto que nasceu a partir da resistência da política colonial. O autor afirma que “a identidade, seja no âmbito local e nacional ou internacional, é uma questão referente à construção sociopolítica que resulta das interações dos sujeitos individuais e colectivos no interior de um projecto comum” (Basílio, 2015: 217). A identidade moçambicana foi e continua sendo um projecto organizado por um grupo sociopolítico identificável que nasceu a partir do processo de descolonização e que envolveu pessoas de vários estratos sociais.

Antes da independência não existia a nação moçambicana, também não existia identidade moçambicana. Segundo Adelino Zacarias Ivala (2002, p. 79), a nação e a identidade moçambicanas eram “entidades por construir a partir do processo da luta pela libertação do jugo colonial”. Assim, Basílio (2015, p. 217) defende que:

A moçambicanidade como realidade sociopolítica nasceu, primeiro, como um projecto de resistência ao colonialismo e uma negação a todas as formas de *ser* impostas pelo aparato colonial, segundo, como uma relação coesa de forças sociais de diferentes grupos étnicos internos a partir da qual os signos diferenciadores dos *eus* culturais e individuais são submersos no discurso da nação.

No projecto de luta de libertação que resultou com a independência e, por conseguinte, a construção da moçambicanidade sociocultural e política as mulheres desempenharam um papel crucial como combatentes. As mulheres não só tinham papel de produzir para alimentar os combatentes, mas pegaram em armas para lutar contra o colonialismo português. A contestação ao regime colonial português e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência foram em parte desenhadas pelas mulheres. Portanto, o estudo sobre o género em Moçambique justifica-se pela necessidade de reconhecer o seu papel interventivo no processo histórico e político na construção da nação moçambicana.

Na verdade, a luta pela independência em Moçambique contou com uma participação gradual de mulheres. A participação da mulher na luta foi diversificada, umas produziam para alimentar os combatentes; algumas que sabiam ler e escrever dedicavam-se à educação das crianças, os jovens e guerrilheiros. As mais letradas reivindicavam contra o colonialismo através da produção literária, como os poemas de Carolina Noémia Abranches de Sousa, «*se me quiseses conhecer*»; outras pegaram em armas e estiveram na frente de combate, como Josina Machel e outras combatentes, como ilustra a figura.

Figura 1. Josina Machel



Fonte: <http://www.google.com.br/url>.

Josina Machel foi uma mulher determinante no seio de outras e participou em muitos combates. Participou na criação do Destacamento Feminino. Mais tarde se casou Samora Machel. Foi assassinada em 7 de Abril de 19. Essa data é considerada o dia da mulher moçambicana.

Actualmente esse dia é mais festejada pelas mulheres, independentemente do seu estrato social. A figura que segue representa um grupo de mulheres em treinos militares.

Figura 2: Mulheres moçambicanas em combate



Fonte: <http://www.google.com.br/url>

Esta gravura representa um encontro entre as mulheres das aldeias com combatentes da Frelimo. Os encontros desta natureza serviam para sensibilizar a população sobre a situação político-militar do país, ao mesmo tempo, recolher mantimentos nas povoações para alimentação dos combatentes.

Figura 2. Mulheres recebendo os combatentes



Fonte: <http://www.google.com.br/imagem>

Como se pode depreender, a emancipação da mulher moçambicana passou pela participação directa no processo de libertação e de construção Estado moçambicano e, por conseguinte, da identidade moçambicana. Portanto, o processo da construção da moçambicanidade envolveu

homens e mulheres; crianças, jovens e velhos; negros, mulatos e brancos; religiosos e políticos. Importa sublinhar que a participação de todos no processo da construção da identidade nacional foi feita em três formas diferentes, a saber: na educação das crianças, jovens e guerrilheiros; na produção e no combate. Foi uma estratégia encontrada para envolver todos.

Em reconhecimento da contribuição da mulher na luta, foi criado o destacamento feminino, em 1967. Em Março de 1973, foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM). A OMM organizou uma conferência na Tanzânia para com objectivo de discutir sobre as formas de participação da mulher na construção do Estado e da identidade nacional. A OMM participou significativamente no projecto de reconstrução do Estado Nacional e na consolidação da unidade nacional pós-independência. Contudo, de acordo com Texeira, “a estruturação de uma consciência política não foi conquistada de imediato. Só o terceiro Congresso da FRELIMO, em 1977, contou com uma presença significativa de mulheres, apesar dos dois congressos da OMM, em 1973 e em 1976”⁴.

Depois da independência, o governo de Moçambique criou uma estrutura política nas aldeias que permitia envolver as populações locais denominado Grupo Dinamizador. Grupo Dinamizador era constituído por homens e mulheres que lutavam pelas mesmas causas: Unidade, Vigilância e Trabalho. Nesta estrutura, as mulheres desempenharam grande papel na mobilização e consciencialização das massas populares sobre a construção da identidade sociocultural e política dos moçambicanos.

Para incentivar a participação da mulher na vida política, o governo nomeou, em 1977, Graça Machel, para liderar o Ministério de Educação. De facto, em reconhecimento da contribuição feminina na construção da moçambicanidade, o governo passou a confiar as lideranças às mulheres. A partir de 1977, com emergência do grupo 8 de Março, as mulheres ocuparam postos políticos e de gestão determinantes para desenvolvimento do país. Com efeito, em 1991, o número de mulheres no Comité Central do Partido Frelimo era já de 57, num total de 160 membros. Em 2004, com a liderança de Guebuza subiu o número de mulheres no cenário político. Guebuza incentivou a promoção do género, sendo o primeiro exemplo a nomeação da Luísa Diogo a cargo de Primeira-Ministra e a nomeação de Ministras de Trabalho, da Mulher e Acção social, governadoras das Províncias e administradoras dos distritos. Essa prática foi continuada por antigo presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi e pelo actual presidente, Daniel Francisco Chapo.

A título de exemplo, o Parlamento Moçambicano é presidido pela Verónica Macamo (mandato de Guebuza); Esperança Bias (mandato de Nyusi) e, actualmente é presidido pela Margarida Talapa (mandato de Chapo). O envolvimento directo da mulher na vida política moçambicana foi legitimada pela Constituição da primeira República e preconizava, como foi dito, a igualdade de direitos ao trabalho; a participação da mulher na defesa do país como um dever central de para os moçambicanos de todos os sexos.

⁴ Idem.

Ainda sobre o tema da identidade moçambicana ou a moçambicanidade, Basílio (2015: 219, defende que:

A identidade moçambicana é legitimada pelo discurso da unidade política, igualdade jurídica e equidade económica. Estes três elementos unem as pessoas no espaço sociopolítico e geográfico onde se constroem, preservam e transmitem as identidades nacionais. A identidade nacional recorre às identidades culturais para a sua reconstituição. Daí, a moçambicanidade resulta de agregação de vários grupos culturais que se afirmam em território moçambicano formando o projecto político nacional.

Em resumo, a construção identidade sociocultural e política moçambicana como um projecto nacional, envolveu todos sujeitos que resistiram a dominação colonial português. E a mulher foi um dos sujeitos activos no processo de construção do Estado e a respectiva identidade nacional. Depois da independência, a mulher moçambicana passou a participar na administração pública ocupando vários postos de liderança política em Moçambique.

Para preservar a identidade sociocultural, a mulher moçambicana apresenta-se trajada de capulanas nas festividades de 7 de Abril, dia que se celebra a morte da Josina Machel, como ilustra a figura 4. O 7 de Abril é o dia da heroína e as mulheres celebram em grupos em reconhecimento da contribuição que a Josina deu para emancipação da mulher moçambicana.

Figura 4. Mulher moçambicana em festa do dia 7 de Abril



Fonte: <http://www.google.com.br/url>

A mulher e a política do “Homem Novo”

O Homem Novo é uma categoria construída pelo regime político assumido pelo Estado Moçambicano. A construção dessa categoria envolveu homens e mulheres. A categoria de Homem Novo foi usada a partir dos anos de 1920, tanto por seguidores como por críticos do comunismo soviético, com o objectivo de descrever certa transformação, não só na ordem económica, mas também no âmbito da personalidade individual.

Essa categoria caracterizou a forma de construção do Estado Nacional e das identidades dos países que naquele período tinha como orientação política o socialismo. Desde o início da luta de

libertação, na qual homens e mulheres pegaram em armas com escopo de eliminação do colonialismo e o imperialismo português, Moçambique teve apoio dos países socialistas que influenciaram depois da independência a escolha de orientação política e, por conseguinte, adoção do princípio do Homem Novo.

A opção pela orientação socialista na formação do Estado Moçambicano e na construção das identidades socio culturais e políticas nas quais a mulher foi sujeito activo, decorreu no 3º Congresso da Frelimo, em 1977. Foi nesse congresso que a Frelimo se declarou socialista e ratificou os princípios do Homem Novo. De acordo, com a ideologia do Homem Novo, Moçambique, seguindo a ordem económico-política socialista, deveria reconstruir o Homem livre da superstição, obscurantismo, imperialismo e colonialismo. Portanto, Homem Novo seria o homem e a mulher moçambicanos livres da mentalidade colonial e imperialista.

Segundo Basílio (2015), a expressão *Homem Novo* é polissêmica e perpassa os princípios que suportaram a construção do Estado, da moçambicanidade e do sistema nacional de educação em Moçambique. Em termos políticos e ideológicos, o Homem novo foi fundamento da lei do sistema nacional de educação. Educar o homem significava formar o *Homem Novo*. Basílio (2015) vai mais longe afirmando que a expressão *Homem Novo* estava impregnada na construção de uma sociedade onde as noções de unidade e identidade se cruzariam. Na linguagem revolucionária, o *Homem Novo* significava construção de uma moçambicanidade livre da dominação estrangeira. Esse era, assim, o homem liberto do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial; livre da mendicidade, droga e todos os males que enfermam a sociedade; um homem que assume os valores da sociedade socialista. O *Homem Novo* significava, para Samora, a moçambicanidade.

O princípio de Homem Novo foi defendido pelo Primeiro Presidente de Moçambique Independente, Samora Machel. Segundo ele, a formação do *Homem Novo* era um desafio que se prendia na reconstrução do Estado nacional e da moçambicanidade. Portanto, era um projecto que caracteriza a política da Frelimo na formação da identidade, da nação e do estado moçambicanos. Trata-se de um projecto que teve seu início nas zonas libertadas e foi se desenvolvendo até nos finais da década 80.

De acordo com Mazula (1995), em Maio de 1975, em seu discurso de despedida ao povo tanzaniano, Samora Machel dizia:

Nós queremos criar o Homem Novo. Queremos os futuros revolucionários. Queremos criar a nova mentalidade livre, com a nossa própria personalidade. Também queremos libertar alguns que ainda persistem (tanto em Moçambique como na Tanzânia e em todos outros países independentes da África) em usar uma mentalidade escrava do estrangeiro. Por isso, teremos as nossas novas escolas que ensinarão a todo o povo os melhores meios de combater esse mal, (MACHEL apud MAZULA, 1995, p. 143).

Neste discurso, o Presidente Machel reafirmava o desafio que se abria dentro da Frelimo, alargando a responsabilidade para a reconstrução nacional para todos os militantes. Para Machel, o desafio da Frelimo não era apenas libertar o povo da opressão colonial, mas também organizar

o Estado nacional, a Nação e a Sociedade moçambicanas. Analogicamente, são estas categorias que se identificava o *Homem Novo*.

Quando Presidente anunciou as linhas gerais que orientariam o projecto da Frelimo na nova fase desenvolvida nas zonas libertadas exigiu o sacrificio de todos homens e mulheres tomando como prioridades: a) criação da sociedade nova e do *Homem Novo*, com a mentalidade livre e revolucionária; b) construção de uma nação e de um estado moçambicanos seguindo os princípios da modernidade, c) a construção da identidade moçambicana e, d) desenvolver a economia agrícola e industrial.

A categoria do *Homem Novo* era corporizada no povo moçambicano que iria assumir a direcção do novo poder. Tomar poder significava, para Machel, controlar o rumo da história e cultura moçambicanas. Na verdade, a categoria do *Homem Novo* extraída do marxismo-leninismo significava militantes determinados com uma nova mentalidade, um Homem guiado por ideais revolucionários, Homem que tem capacidades pensar e transformador a sociedade moçambicana. Tratava-se do Homem trabalhador, livre de todas as tentativas viciosas, livre de concepções supersticiosas e subjectivas.

Argumenta Basílio (2015) afirmando que o princípio do *Homem Novo* norteou a concepção do Sistema Nacional de Educação e as políticas de governação. Essa categoria é subsumida pela ideologia da Frelimo para referir-se aos novos sujeitos moçambicanos emergidos da revolução, capacitados para construir uma nova identidade sociopolítica. O “novo” tem um sentido temporal, nascido de um tempo e de uma realidade revolucionária.

O novo foi reinterpretado como um poder novo que se construía e se legitimava na pátria, como uma nova ordem social, como um poder jovem que nasce da transformação do poder velho. Trata-se de um poder popular que se afirmava em Moçambique independente, um poder que combateu a exploração do homem pelo homem e destruiu todos vestígios do colonialismo.

Na linguagem de Marx, o novo nasce da destruição do velho. A transformação do poder velho se dá como condição para a criação do poder novo. Mazula (1995, p. 225) exemplifica dizendo: a destruição das relações sociais de dominação, matéria-prima do colonialismo, era condição necessária para a passagem do estágio colonial para o estágio de novas relações sociais, de igualdade e dignidade humanas, produto novo de luta de libertação nacional.

Segundo Luís Cabaço (2009), a Frelimo definiu três princípios fundamentais para a construção da categoria do *Homem Novo*, a saber:

(...) interiorizar em cada guerrilheiro e militante uma nova *práxis* (o trabalho manual, a disciplina militar, o empenho subjectivo por meio de libertação da iniciativa etc.); proporcionar uma educação formal que lhe conferisse os instrumentos para se apropriar da técnica por meio do ‘conhecimento científico’ (...), e evitar que as estruturas e o pensamento tradicional se reorganizassem no interior da FRELIMO, (CABAÇO, 2009, p. 305).

A categoria do *Homem Novo* é uma construção metafísica na medida em que não se refere a um sujeito determinado. Basílio (2010) frisa que a categoria do *Homem Novo* representou um modelo ideal da cultura e da ideologia socialista significando uma nova civilização, uma nova forma de organização sociopolítica e uma nova gestão do poder. Na óptica de Samora, o *Homem Novo* é um sujeito com nova mentalidade virada para a reforma social. O “novo” é discutido dialecticamente em oposição à velha sociedade criada e fundamentada pelo imperialismo português (BASÍLIO, 2015, p. 129).

A questão do “novo” refere-se ao poder. Segundo Brazão Mazula (1995), o presidente Samora Machel afirmou num dos discursos dizendo: “graças à luta, um poder novo constrói-se na pátria, isto é, o poder popular que afirma a sua independência e personalidade e líquida a exploração e que implica a destruição do poder dos exploradores, o poder velho” (MAZULA, 1995, p. 178). A categoria do *Homem Novo* foi defendida pela primeira vez no III Congresso e entrou no sistema de educação considerando-se como:

Aquele que, embora consciente das suas limitações, trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reacionárias que herdou; (...) aquele que não só no seu pensamento, mas, sobretudo no seu comportamento interioriza os princípios do Povo e da revolução; aquele que constrói o socialismo e mobiliza as massas pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo, (MAZULA, 1995, p. 179).

A figura do *Homem Novo* foi criada com o objectivo de transformar todos os valores criados pelo colonialismo e de categorizar novos valores ligados à realidade socialista. O *Homem Novo* é definido também como seiva da nação e continuador da Revolução moçambicana. A afirmação do *Homem Novo* implicava uma mudança de mentalidade de quadros formados pelo aparato colonial. Para isso, iria receber do Estado novo uma formação profissional no quadro de ideal económico, político e cultural pré-estabelecido.

Assim, o Estado, o SNE, a cultura moçambicana e a identidade política foram construídos no quadro do *Homem Novo* com objectivo de criar uma consciência política de um novo Moçambique livre das amarras coloniais. O *Homem Novo* era paradigma político a partir do qual seria construída a realidade moçambicana. Com o princípio do *Homem Novo*, o estado celebrava um casamento entre a educação e ideologia, no sentido de que o *Homem Novo* perpassa a grade curricular e os princípios educacionais.

A mulher na formação da identidade sociocultural em Moçambique

Quer no sistema matrilinear, quer no sistema patrilinear, ambos sistemas dominantes em Moçambique, a mulher ocupa um lugar central na construção da identidade sociocultural das crianças e jovens. Decerto, na realidade moçambicana, a construção da identidade sociocultural das crianças é dispensada em grande medida para as mulheres. A família procura dialogar com as identidades socioculturais e políticas com objectivo de ajudar a fortalecer o convívio entre as pessoas nas suas relações laborais e políticas.

Basílio (2015, p. 274), na sua análise sobre *o papel da família na formação das identidades sociais em Moçambique*, defende que “a família representa uma das primeiras instituições que costura as identidades sociopolíticas e culturais dos indivíduos. Ela apresenta-se como núcleo funcional, trabalhando em rede com a educação escolar. A família inicia e termina todo o processo de construção da personalidade humana”.

Continua Basílio afirmando que a família é o começo da formação sociocultural que vai se consolidando na escola. Nesse processo, a mulher é sujeito activo, pois a criança fica mais vinculada à mãe do que ao pai. Ela forma a personalidade da criança. Destaca Basílio (2015: 274) que “as crianças aprendem dentro da família como lidar e como se relacionar com a autoridade pedagógica da colectividade da qual pertencem através dos padrões de interacção social ensinados tanto pela família quanto pela escola”. É durante o processo de aprendizagem sobre como se relacionar com a autoridade colectiva da família que as crianças ou jovens vão construindo suas identidades. Na mesma lógica de pensamento, Michael Apple (2006: 128) defende que a família educa para manutenção de grupos e pelo respeito à autoridade, pois “os grupos, por exemplo, especialmente a família, por meio das suas práticas de protecção à criança e o seu estilo de integração podem afetar profundamente a orientação geral da criança à autoridade”.

A mulher como membro da família, ela desempenha um papel essencial na orientação geral da criança, na formação da sua personalidade sociocultural e na manutenção dos grupos étnicos. Destaca Basílio (2015, p. 275) que a mulher na família “inculca as normas e os valores da convivência social e cultiva nas crianças o sentimento de obediência, de respeito e da unidade que constitui a base do dever moral”. Continua Basílio (2015, p. 275) afirmando que:

A obediência e a unidade são princípios da harmonia na família que se estabelecem como categorias gerais da moral e da ética. A educação familiar das crianças moçambicanas tem por objectivo a manter o ciclo vital do seu grupo. Essa educação funda-se na moralidade baseada no amor, na confiança e na obediência.

Na sociedade matrilinear, a mulher é responsável pela formação da personalidade das raparigas a partir de um tipo de educação baseada nos ritos de iniciação. Os conselhos que as anciãs veiculam como conteúdos se fundam no respeito ao homem sobretudo nas relações conjugais. A mulher deve obediência ao marido. Embora obediente, ela tem poder de decisão sobre o funcionamento da casa e a formação da personalidade das crianças. Portanto, a mulher é guardiã das culturas e dos valores da sociedade moçambicana.

O conjunto de ensinamentos que a mulher administra é construído no interior da família. Tais ensinamentos permitem aos jovens a construir a alma e gerirem a sua vida adulta na comunidade. Os ensinamentos da família são bases de identidade grupal tanto nas comunidades não escolarizadas quanto as escolarizadas da sociedade moçambicana.

O conceito de família que se discute aqui é assumido no sentido lato e refere às relações que se constroem entre pai, mãe, filhos (as), avôs (as), tios (as), concunhados, amigos (as), vizinhos (as),

colegas, etc. Trata-se do sentido mais alargado que envolve o funcionamento desta rede. Esta definição se afasta do conceito mais restrito, europeu, no qual família é o núcleo de cônjuge (esposos) e filhos.

Basílio (2015, p. 276) vai mais longe afirmando que “a família no sentido africano (moçambicana) constitui uma autêntica rede de parentes e amigos que, interconectada, funciona como sistema de segurança social”. É nessa rede de parentes que a mulher forma as identidades das crianças. Com efeito, a família é uma verdadeira instituição educadora que revela o sentido original e a substância fundamental da essência humana. Ela torna-se o primeiro espaço de formação e socialização humana.

Afirma Basílio (2015, p. 276) que “o trabalho da família na sociedade moçambicana é construir a identidade cultural e o trabalho da escola é construir a identidade política. A escola e a família são aparelhos ideológicos do Estado vocacionados pela formação de cidadãos aceitáveis moral, cultural e socialmente na sociedade”.

É a mulher que dedica a maior parte do seu tempo pela formação das meninas e dos meninos contruindo, de certa forma, a personalidade feminina e masculina, onde os jovens são educados para dar continuidade ao grupo étnico através do trabalho e da procriação. Cada grupo étnico desenvolve o sentimento de pertença e luta pela consolidação do grupo. É, em grande medida, a mulher que desenvolve a educação cultural e moral. A menina desenvolve o papel de mãe e o menino o de pai, portanto, duas identidades sociais bem distintas, feminina e masculina.

Participação da mulher na vida política, economia e educacional

Discutir sobre a participação da mulher na vida política e económica em Moçambique exige percorrer um pouco a história do país. A história revela que o projecto de libertação de Moçambique contou com a participação activa da mulher na política, na economia e na educação. Assim, para compreender o processo da integração e de participação da mulher moçambicana na vida económica, educacional e política é preciso percorrer três contextos fundamentais: colonial, luta de libertação nacional e pós-independência. Este último marcado pelos processos da democratização e globalização.

O primeiro contexto refere ao período colonial, no qual a mulher participou activamente nas diferentes manifestações ocorridas em Moçambique com objectivos de reivindicar os seus direitos. O regime colonial foi caracterizado pela exploração e/ou dominação. O povo moçambicano foi colonizado em todos os níveis (culturais, religiosos, políticos, económicos, intelectuais), facto que levou a organização de muitos movimentos de reivindicação. A dignidade humana era posta em causa, ou seja, moçambicanos estavam na condição de escravos. A opressão se fazia sentir em todas as formas e não havia muita distinção entre as mulheres e os homens.

Contra a opressão, homens e mulheres foram criando movimentos de reivindicação contra o regime colonial. A essência da reivindicação era o reconhecimento dos moçambicanos como pessoas com dignidade, homens e mulheres com direitos e sujeitos do seu destino. Enquanto os

homens se organizavam suas manifestações contra a escravidão e opressão colonial, as mulheres também se organizavam para reivindicar os seus direitos e os direitos da educação dos seus filhos.

Num trabalho publicado pela naway.net, em 2011, desenvolvido pela Lílissia Amelia et. all., intitulado *Movimento feminista em Moçambique*, destaca-se que as mulheres moçambicanas criaram e participaram nos movimentos de contestação contra a escravidão e opressão colonial. Os autores afirmam que, em 1947, a greve de Búzi, província de Sofala, contou com a «participação de 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras acções contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade» (AMÉLIA et.all., 2011, p. 9).

Além dessa greve, as mulheres participaram em outras manifestações mais importantes que visam a reposição da dignidade dos moçambicanos. Uma experiência a destacar é a participação das mulheres estudantes das cidades de Maputo e Xai-Xai no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). Esse grupo foi responsável pela mobilização de diferentes grupos de mulheres para participar na luta pela independência de Moçambique, (Cf. AMÉLIA et.all. 2011, p. 9).

A participação da mulher na luta independência não terminou com as manifestações. O segundo contexto diz respeito a luta de libertação, no qual o espírito feminista se levantou contra o colonialismo. Desde 1965, as mulheres foram manifestando a vontade de participar na política lutando ao lado dos homens contra a colonização. Como se pode observar, os autores acima citados destacam que depois de início da luta de libertação nacional:

um grupo de mulheres camponesas solicitou treino militar à Frelimo com o intuito de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade. Esta responsabilidade resultava da ausência masculina uma vez que, particularmente no Sul, a migração masculina para as minas da África do Sul era comum e como consequência levava a existência de povoados constituídos, em sua maioria, por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família (AMÉLIA et.all. 2011, p. 10)

Esta participação não foi motivada pelas razões políticas, autodefesa e a defesa das suas famílias. Mas o espírito da unidade para defesa da causa coletiva se integra na dimensão política. E, compreendido o espírito manifesto pelas mulheres, em 1966, a Frelimo começou a integrar no seu exército as mulheres. O primeiro grupo integrado nas fileiras da Frelimo foi constituído por 25 mulheres, das quais Maria Pachinuapa, desempenhou o papel de comandante. Devido a entrega e dedicação dessas mulheres foi criado o Destacamento Feminino e a Frelimo começou a contar com as mulheres, não apenas nas actividades de sensibilização, produção, educação e alfabetização, apoio aos homens, enfermagem e assuntos sociais, mas também nas tarefas de Direcção e de combate. Em reconhecimento do papel da mulher na revolução, foi nomeada a Josina Machel para cargo de chefe do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais.

De facto, no domínio da educação quando, em finais da década de 1950, o governo português realizou, sob pressão internacional, o recenseamento geral da população residente, na altura designada província de Moçambique, “os resultados obtidos na área de educação indicavam que um universo de 5.738.911 da população, 5.615.053 eram analfabetos, correspondendo 97.84%” (Basílio, 2015, p. 105). De um lado, esse facto, levou, pelo Decreto nº 43.983, de Setembro de 1961, o governo português a realizar reformas nas políticas educacionais que culminaram com a abolição formal do *Estatuto de Indígena* e com a redefinição do ensino e, de outro, impulsionou a Frelimo a priorizar, na sua luta, a educação envolvendo directamente as mulheres que, na altura, sabiam ler e escrever.

Ora, uma das responsabilidades que a Josina tinha era «assistência, em especial, às causas das mulheres integrantes, ou não, da Frente de Libertação» (AMÉLIA et.al. 2011, p. 11). A assistência não se restringia apenas à questões militares e alimentícias, mas à educação e a divulgação das ideologias do movimento de libertação. Durante o seu mandato, criou o orfanato para os filhos das combatentes e foi a primeira mulher indicada para participar no II congresso da Frelimo na condição de delegada. Assim, começava, de forma clara, a participação da mulher na vida política. Como destacam os autores referenciados «assumir a condição de guerrilheiras foi uma conquista das mulheres. Muito embora a tarefa das mulheres fosse vista como de defesa, enquanto os homens dedicavam-se à empreitada do avanço da guerrilha, houve mulheres que preferiram ocupar lugar nos combates junto aos homens» (AMÉLIA et.al. 2011, p. 11).

Embora fosse um ganho para as mulheres, a sua participação na vida militar e política criava divergências no seio da Frelimo. Duas alas foram se formando, uma que defendia a necessidade da emancipação da mulher e, outra que defendia a participação da mulher não era fundamental. Este último, defendia que a emancipação da mulher podia atrasar o processo de luta e implicava a criação de um sistema de alfabetização. Como o processo de libertação incluía a mulher não devia ser adiado, pois o regime socialista que apoiou a Frelimo defendia a educação e a emancipação da mulher.

O terceiro contexto responde à participação da mulher na vida política e económica pós-independência. Em 1975, Moçambique tornou-se independente e os primeiros passos foram a estruturação e organização da economia e nacionalização dos serviços sociais entre os quais a educação, saúde e justiça, por conseguinte, a construção do Estado.

O processo de construção do Estado contou com a participação activa da mulher em todos os níveis (social, económica, cultural e política). Facto que permitiu consolidar a emancipação da mulher. Decerto, a «emancipação da mulher destacou-se como uma das prioridades entre as políticas sociais do governo pós-independência» (AMÉLIA et.al. 2011, p. 14). A participação na luta e nos processos de construção do Estado moçambicano foi e continua sendo um passo significativo de reconhecimento da mulher como sujeito activo nas mudanças e uma oportunidade de autoafirmação e construção da sua identidade.

A partir de 1975, a preocupação do governo foi organizar as infraestruturas, entre as quais a educação. Educação foi um dos instrumentos que alavancou posição da mulher na luta contra as

desigualdades sociais e género e na conquista de direitos. Historicamente, o papel tradicional da mulher mudou. Da mulher reduzida à actividade económica, aos trabalhos domésticos e a educação das crianças para a mulher lutadora, actuante em todos sectores políticos e nas tarefas de gestão.

A Constituição da República de Moçambique de 1990, no seu artigo 76, consagrou o direito à associação. A partir dos finais da década de 80, muitas organizações das mulheres foram fundadas em gozo desse direito. Amélia et.al, (2011, 16), vai mais longe afirmando que:

As organizações de mulheres de tipo voluntário, fora das redes domésticas ou familiares (ainda que persistam relações entre umas e outras), são das primeiras a surgir, a partir de finais da década de 80: AMODEFA (Associação Moçambicana para a Defesa da Família), 1989; ACTIVA (Associação das Mulheres Empresárias e Executivas), 1990; AMRU (Associação da Mulher Rural), 1991; ADOCA (Associação das Donas de Casa), 1992; MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), 1991; e Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento, 1993. As organizações surgiram com vista a responder a questões ou problemas vivenciados por determinados grupos de mulheres. Destaca-se a MULEIDE como a primeira organização de direitos humanos das mulheres criada em Moçambique.

Além dessas organizações, actualmente, muitas organizações que integram a mulher trabalham para emancipação e integração. Portanto, a mulher encontra-se integrada em todos os sectores da vida económica, sociocultural e política. Na política, a mulher está muito bem representada ocupando cargos de confiança e chefia desde o topo até a base. Na vida económica, a mulher moçambicana além de ser apenas dependente, ela é produtora, empresária, interventora em assuntos em assuntos e acções sociais. Portanto, actualmente, a mulher moçambicana é sujeito activo participando, assim, nos diferentes domínios do desenvolvimento do país, como: na política, economia, agricultura, academia, cultura, religião, indústria, etc.

Considerações finais

O processo de identidades socioculturais e políticas passou e continua passando por vários contornos desde o período colonial até pós-independência. Nesse processo, as mulheres tiveram e têm um lugar de destaque no sentido de que não só participaram directamente na luta pela independência, mas acompanhou todo o processo da construção do Estado moçambicano ocupando lugar na reestruturação das instituições da administração pública.

Socioculturalmente, as mulheres são sujeitos principais na formação da personalidade das crianças e jovens e na manutenção da cultura moçambicana. Como se pode depreender, a cultura moçambicana é carregada pela mulher, quer pela indumentária e culinária, quer pela forma de estar, ser e fazer que é passada para as crianças.

A mulher moçambicana está envolvida nos processos de tomada de decisões, quer nas instituições públicas, quer nos Partidos Políticos que forma o mapa político moçambicano. Quer também nas instituições legislativas como parlamento e mesmo nas instituições privadas.

Portanto, ela é essencial na construção da identidade política e na construção da Nação moçambicana. O executivo moçambicano está recheado pela mulher pelo reconhecimento do papel que ela desempenhou na organização do Estado.

No processo da construção da moçambicanidade, quer no sentido político, quer no sentido cultural, a figura do Homem Novo introduzido dizia respeito a todos moçambicanos independentemente da raça, sexo e convicção religiosa. A moçambicanidade se resumia na construção do Homem Novo livre de colonialismo e da mentalidade colonial. Trata-se da construção de homens e mulheres capazes de produzir, combater e estudar; homens e mulheres capazes de construir a sua dignidade, sua história, os seus valores e a sua cultura. Esses princípios estiveram no centro dos objectivos da libertação de Moçambique e, para isso, homens e mulheres de diferentes grupos étnicos se uniram para lutar contra a mentalidade burguesa, contra a superstição, o imperialismo português. Todos unidos estão construindo a moçambicanidade. Assim, a Frelimo confia na mulher envolvendo em todos os sectores da administração pública e nos sectores de gestão política em Moçambique.

Bibliografia

ABOIM, Sofia (2008) **Masculinidades na encruzilhada**: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. In: *Análise Social* XLIII (2), Maputo, 2008, p. 273-295.

AMÉLIA, Lilisia, et. all. **Movimento feminista em Moçambique**. Maputo, Nawey-net, 2011

APPLE, Michael W, **Ideologia e currículo**. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2006

BASÍLIO, Guilherme, **O Estado e a escola na construção da identidade política Moçambicana**. Maputo, PubliFix, 2015.

CABAÇO, José Luis, **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo, UNESP, 2009.

CASTELLS, Manuel, **O poder da identidade**: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. II; 5ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

Disponível em: <http://www.google.com.br/url>. Acesso em 19 de Julho de 2019

Disponível em: <http://www.google.com.br/imagem>. Acesso em 19 de Julho de 2019

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, **Constituição da República Popular de Moçambique**. Maputo, Imprensa Nacional, 1975

IVALA, Adelino Zacarias, **O ensino de História e as relações entre os poderes autóctones e moderno em Moçambique (1975-2000)**. (Tese de Doutorado em Educação: Currículo). São Paulo, PUC/SP, 2002

KANT, Immanuel, **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa, edições 70, 1995

MAZULA, Brazão, Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique (1975-1985), Porto, Afrontamento, 1995.

MOÇAMBIQUE. **Decreto-lei no 10/2004 de 25 de Agosto. Lei da Família.** Boletim da República, I Série, no 34, p. Maputo, 2004. Disponível em: <https://data.unicef.org>. Acesso em 10 Janeiro de 2023.

MOCAMBIQUE. **Decreto-lei no 22/2019 de 11 de Dezembro de 2019. Lei da Família.** Boletim da República, I Série, no 239, p. 5598-5638, Maputo, 2019. Disponível em: <https://reformar.co.mz> › lei-22-2019-lei-da-familia. Acesso em 10 Janeiro de 2023.

TEIXEIRA, Ana Luísa, **A construção sociocultural de ‘género’ e ‘raça’ em Moçambique: continuidade e ruptura nos períodos colonial e pós-colonial**”. Disponível em: <https://mosanblog.files.wordpress.com/2011/06/ana-luc3adsa-teixeira-iscte.pdf>. Acesso no dia 19 de Julho de 2018.